

Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa

*Laionel Vieira da Silva**
*Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa***

Resumo

A sociedade brasileira se desenvolveu em concepções morais e religiosas que estabeleceram preceitos e normas de “certo” e “errado”. A sexualidade humana também sofreu com o controle dessas concepções que se avaliou a partir dos dogmas religiosos, por meio da procriação e da criação divina, uma heteronormatividade compulsória. Os indivíduos que se desviam da norma imposta são considerados pecadores, passíveis de cura. O mecanismo para contornar essa perseguição é a invisibilização de sua sexualidade desviante, protegida pelo “armário”. O estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica exploratória. Este trabalho possui por objetivo analisar as dificuldades vivenciadas no armário e a interferência da religiosidade dominante nesse espaço. Explora ainda algumas vivências tanto de indivíduos que saem, quanto dos que permanecem no “armário”. Foi possível encontrar ao final desta pesquisa uma influência religiosa determinista nos conceitos de normalidade relativos à sexualidade humana, padronizando e excluindo indivíduos, negando assim diversos direitos individuais como: educação, trabalho e convívio familiar.

Palavras-chave: Armário. Religião. Heteronormatividade. LGBT. Educação.

Survival in the closet: LGBT silence of pain in a heteronormative religious society

Abstract

The Brazilian society has developed into moral and religious conceptions, which established principles and rules of “right” and “wrong.” Human sexuality has also suffered

* Graduado em Psicologia e Mestre em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba. Pós-Graduando em Extensão Universitária e Desenvolvimento sustentável pela mesma instituição. E-mail: laionel.vs@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3373462035116325>

** Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: bruno-dj15@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3337273480150523>

from the control of these conceptions, which was considered from the religious dogmas, through procreation and of divine creation, a compulsory heterosexuality. Individuals who deviate from the standard imposed are considered sinners, be cured. The mechanism to circumvent this persecution is the invisibility of his deviant sexuality, protected by the “closet”. The study was developed from a bibliographical research. This work aims to analyze the difficulties experienced in the closet and the interference of the dominant religion in this space. Exploring some experiences both individuals leave, as those who remain in the “closet”. Be found at the end of this research, a deterministic religious influence in normal concepts related to human sexuality, standardizing and excluding individuals, thus denying many individual rights such as education, work and family life.

Keywords: Closet. Religion. Heteronormativity. LGBT. Education.

Supervivencia en el closet: dolores de silencio LGBT en una sociedad de religiosidad heteronormativa

Resumen

La sociedad brasileña se ha desarrollado en puntos de vista morales y religiosos, que establecieron los principios y reglas de la “derecha” e “incorrecto”. La sexualidad humana también se ha visto afectada por el control de estas concepciones, que fue considerado de los dogmas religiosos, a través de la procreación y de la creación divina, una heterosexuality obligatoria. Los individuos que se desvían de la norma impuesta se consideran pecadores, ser curados. El mecanismo para eludir esta persecución es la invisibilidad de su sexualidad desviada, protegida por el “armario”. El estudio fue desarrollado a partir de una investigación bibliográfica. Este trabajo tiene como objetivo analizar las dificultades experimentadas en el armario y la interferencia de la religión dominante en este espacio. Explorar algunas experiencias tanto de los individuos dejan, como los que permanecen en el “armario”. Se encuentra al final de esta investigación, una influencia religiosa determinista en los conceptos normales relacionados con la sexualidad humana, la estandarización y la exclusión de los individuos, negando así muchos derechos individuales, tales como la educación, el trabajo y la vida familiar.

Palabras-clave: Gabinete. La religión. Heteronormatividad. LGBT. Educación.

Introdução

O Brasil teve a sua formação impregnada de concepções e preceitos religiosos em que se instituíram conceitos de normalidade. A partir dessas construções a heteronormatividade¹ foi constituída como norma, regra in-

¹ Esta se refere a um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas etc.) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade legítima de expressão sexual e de gênero (WARNER apud JUNQUEIRA, 2010, p.212). Junqueira (2010, p.212) ainda cita Butler (2003) segundo o qual afirma que é “com base na crença da existência natural de dois sexos que se traduziriam, de maneira automática e correspondente, em dois gêneros complementares e em modalidades de desejos igualmente ajustadas a esta lógica binária”.

questionável estabelecida por fundamentos religiosos e naturalizantes das sexualidades humana (MUSSOKOPF, 2012).

O ser determinado como “homem” seria neste tipo de concepção aquele que após o parto de sua genitora são encontradas em seus corpos características anatômicas e biológicas que o definam como sujeito do “sexo masculino” – ou seja, a determinação que o tornara e o transformara em um indivíduo socialmente reconhecido enquanto homem, são as especialidades do seu aparelho genital. Sentenciando assim esses indivíduos a permanecerem em “prisões de masculinidade” (BARBOSA; SILVA, 2016).

Essa prisão é determinada por parâmetros morais, sociais e religiosos presentes na sociedade, que ao mesmo tempo legisla e julga os “seres desviantes” das regras dos gêneros. Neste presídio existem concepções que buscam doutrinar os corpos sexuados que devem apresentar características pré-moldadas. Devem possuir visibilidade de normas do masculino, pois, estas devem ser facilmente identificadas pela sociedade em todas as formas de expressão da masculinidade do homem, e caso essa premissa não se concretize o julgamento severo é imposto pela sociedade que assume o papel dos carrascos.

O mesmo ocorre com os indivíduos que são determinados enquanto mulheres por possuírem características supostamente distintas dos indivíduos estabelecidos enquanto homens (LOURO, 2000).

Esse binarismo é pregado como expressão divina da criação do ser humano, como se existisse uma perfeição natural dos sexos e uma complementaridade perfeita. Essa perfeição se concretizaria com a procriação dando origem a um novo indivíduo, que também deve ser encaixado em um dos dois polos. “A principal diferença entre a infância e a juventude está marcada na nossa cultura pelo início da sexualidade, ou melhor, pela capacidade de reprodução. Não é possível esquecermos que na cultura cristã, ambos os conceitos têm estado profundamente vinculados” (REIS; VILAR, 2004, p.739).

É com a mudança de fases que a criança deve “não só compreender o que é ser adulto como o que é ser homem e mulher” (REIS; VILAR, 2004, p.739).

Ao homem foi estabelecido características “superiores” daquelas atribuídas às mulheres –, existe aqui uma hierarquia de gêneros, e nesse “‘jogo das dicotomias’ diferem e se opõem e, aparentemente, cada um é uno e idêntico a si mesmo. A dicotomia marca, também, a superioridade do primeiro elemento” (LOURO, 2003, p.31).

A mulher foi direcionada, a partir da sua biologia e de concepções religiosas, para uma ordem hierárquica inferior à do homem; a ela foi estabelecido o âmbito privado, como a casa sendo a sua segunda prisão. Ela deve possuir atributos que a sociedade considera “normais” para uma mulher (meiga, frágil, mãe). O homem igualmente possui suas prisões, pois ele também deve possuir naturezas do ser homem (forte, viril, não pode expressar sentimentos) (BARBOSA; SILVA, 2016).

Para as pessoas que convivem nessa sociedade heteronormativa, esse sistema é perfeito, criado por Deus, e Este, por ser perfeito, só poderia criar um sistema também perfeito e nunca imperfeito. Os que estão em desacordo não são falhas de Deus, mas tratam-se na verdade de pecadores que foram corrompidos por um dos mais graves pecados.

O “pecado nefando isto é, aquele cujo nome não pode ser mencionado - e muito menos praticado! - foi considerado pela moral judaico-cristã como mais grave do que os mais hediondos crimes anti-sociais, como por exemplo, o matricídio, a violência sexual contra crianças, o canibalismo, o genocídio e até o deicídio - todos pecados-crimes mencionáveis, enquanto só o abominável pecado de sodomia foi rotulado e tratado como nefandum” (BOSWEL apud MOTT, 1994, s.p).

É nesse momento que os domadores dos gêneros sentem que o seu trabalho de “domesticação” das expressões e performatividades dos gêneros² falhou, e assim como um domador de cavalos selvagens, a sociedade busca com a negativa do normal do sujeito desviante, puni-la para que assim ele possa voltar a caminhar nas trilhas da naturalidade.

Na busca por proteção dessas formas punitivas de expressões sexuais, muitas pessoas optam por “viver em armários”, aprisionando suas orientações sexuais e seus desejos, como também até mesmo podando-se em sua fala, sua forma de caminhar e de se vestir para que assim não percebam que são “*gays* ou lésbicas”.

Diversas vezes, não raro, pessoas *gays*, lésbicas ou bissexuais optam por se manter em uma conjuntura ligada ao padrão moral e religioso da heteronormatividade (MUSSOKOPF, 2012). Nesses contextos, tais pessoas resguardam o seu “pecado” apenas para fora dos muros da sua vida social – o que

² Performatividade dos gêneros é um termo cunhado por Judith Butler no livro “El genero en disputa El feminismo y la subversion de la identidad”.

para a sociedade religiosa também se tornaria uma condenação dupla: primeiro o maior de todos os pecados, a sodomia, e depois a traição da mulher, da família e até da sociedade por este não seguir os “laços sagrados do matrimônio” abençoado pela própria divindade, traíndo também o próprio Deus que estabeleceu a monogamia e o relacionamento entre homem e mulher.

Esse mecanismo torna-se de relevante importância para o campo científico, pois por questões sociais e políticas existem grandes divergências a respeito do tema e dos efeitos que este pode causar aos indivíduos que nele permanecem. Esse trabalho, então, possui por objetivo o estudo das dificuldades vivenciadas nesse espaço e da interferência da religiosidade³ dominante na construção dos conceitos dos gêneros e da heteronormatividade, explorando algumas vivências – tanto de indivíduos que saem quanto dos que permanecem no “armário”.

A religiosidade aqui trabalhada é obtida a partir da individualização subjetiva das religiões dominantes, acompanhando os sujeitos independentemente de estarem diretamente ligados a uma religião institucional, na qual se apresentam como elemento gerador de uma “violência simbólica”. Um poder simbólico que tem impacto invisível sobre a experiência (BOURDIEU, 1999).

O presente estudo trata de uma pesquisa bibliográfica exploratória realizada a partir de trabalhos científicos sobre a temática aqui abordada, elegidos a partir de leituras feitas anteriormente pelos autores e obtidos em bancos de dados, a exemplo da “SciELO”, livros impressos e matérias vinculadas em *sites*. Marconi e Lakatos (1992), citados por Perske (2004, p.11), descrevem a pesquisa bibliográfica como: “o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”. No mesmo sentido, Gil (2008, p.50) afirma que a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (1991) as pesquisas exploratórias possuem como finalidade melhor conhecer um tema pouco estudado, obter informações referentes à possibilidade de desenvolvimento de novas

3 Toma-se a noção de religiosidade como uma experiência pessoal e individual de espiritualidade, construída a partir de vivências anteriores em instituições religiosas e fora delas. Desta forma, ela se diferencia do conceito de religião. A religião, de caráter mais institucional, teria uma influência profunda na forma de organizar a existência humana, já que ela se afirma para além daquilo que é material, natural, concreto e finito. (VALENTE; SETTON, 2014, p.180)

pesquisas sobre o tema abordado e verificar prioridades para pesquisas posteriores.

O mecanismo do armário

A heterossexualidade é atribuída como norma e regra (LOURO, 2000; LOURO, 2003) e, portanto, todas as outras formas de expressão da sexualidade humana seguem em contradição à “natureza” divina da heteronormatividade. Existe uma regulação das formas de expressões corporais, pois elas são controladas desde o nascimento do indivíduo. Existem preceitos que estabelecem o que o homem e a mulher podem ou não fazer/ser/agir/vestir/brincar/comportar-se antes mesmo do seu nascimento.

O indivíduo então é determinado e direcionado a possuir características que seriam inerentes à sua condição biológica e criacionista de homem (pênis) e mulher (vagina). As performatividades dos gêneros são impostas de maneira coercitiva desde a infância, traçando um caminho do “natural” que se deve percorrer. “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza” (FOUCAULT, 1987, p.193).

As igrejas cristãs são então as principais instituições, em termos de influência, que constroem parâmetros na busca por estabelecer “normalidades” para os seres humanos. Ela atua com um papel bastante relevante na normalização da vida social, utilizando diversas formas para garantir essa regulação, seja por meio de dogmas ou de padrões de ordem moral, os quais formam a identidade do grupo de fiéis (JESUS, 2008).

Entretanto, o grupo de fiéis não é o único atingido por esses padrões e dogmas religiosos. A sociedade de maneira geral sofre constante impacto com a busca de legitimação da moral de uma determinada crença religiosa em detrimento de outras. Busca-se estabelecer uma ordem moral única para todos os indivíduos. “Num contexto político-social e cultural, acredito que a Igreja, mais fortemente a Católica (e as chamadas evangélicas) têm exercido esse papel conscientemente para legitimar sua visão” (ALDANA, 2005 apud JESUS, 2010, p.134-135).

As igrejas cristãs dominantes tendem, então, a impor uma heteronormatividade como padrão e norma (BORILLO, 2010). É com essa ideia da heterossexualidade como única norma aceitável, atribuída a partir de preceitos biológicos e religiosos, que a homossexualidade é estabelecida como

anormal por muitos religiosos que buscam justificar uma homofobia religiosa (BORILLO, 2010).

Há uma suposta interpretação e embasamento de preconceitos em concepções religiosas e em textos bíblicos como justificativa da homofobia bíblica, além de usarem esses artifícios para “[...] repudiar ou justificar a tentativa de “cura” deste “mal” espiritual ou físico. Neste sentido, uma espécie de “heterossexualidade compulsória” é advogada historicamente, no Antigo e Novo Testamentos” (JESUS, 2008, p. 01).

Hoje em dia muitos religiosos e até psicólogos com concepções religiosas fundamentalistas ainda defendem a ideia de que é possível “livrar” as pessoas do pecado da homossexualidade, libertando-as dessa doença de ordem espiritual. Natividade (2008 apud JESUS, 2010) afirma a existência de grupos que promovem supostas ajudas psicológicas e religiosas com o intuito de “curar” a homossexualidade, mesmo após o Conselho Federal de Psicologia (CFP) se posicionar contrário a essa prática.

O estabelecimento da anormalidade da homossexualidade fez com que muitos dos indivíduos que não seguem a heteronormatividade buscassem formas de proteção contra o preconceito gerado por essa norma. Essa ideia de “esconder” a sexualidade e não “revelá-la” surge dessa ideia, de certo e errado, natural e pecado, como se o indivíduo homossexual precisasse “confessar” a sua sexualidade para assim ter uma “cura” por parte dos religiosos que a pregam, pois, para esses religiosos fundamentalistas a homossexualidade é um pecado e deve ser curada.

É nesse sentido que surge o “armário” como forma de não revelar a própria sexualidade, determinada pela ordem social como pecado a partir dos parâmetros do correto. Sedgwick (2007) nos mostra que o armário se trata de mais um controle da sexualidade humana, uma forma de garantir a heterossexualidade visível e invisibilizar a homossexualidade, buscando assim, garantir uma divisão social entre heterossexuais e homossexuais.

Esse controle busca então estabelecer fronteiras entre os “corretos” e os “incorretos”, marginalizando o segundo e supervalorizando o primeiro. Dessa forma garantem a criação divina de “macho” e “fêmea” e as relações sexuais e afetivas entre eles, considerando aqueles estranhos à regra e incentivando-os a permanecerem no silêncio profundo de suas sexualidades pensadas como desviantes.

A vida no armário representa não apenas um movimento de ordem pessoal e individual, mas de um conjunto de fenômenos sociais em que se

“assumir” como uma pessoa que possui orientação sexual distinta da regra pode gerar sofrimentos, angústias e até mesmo a própria morte. Para buscar se “resguardar” de possíveis ataques, existem pessoas que acabam sendo levadas a escolherem um “caminho mais fácil” que é a invisibilização de sua sexualidade.

“A homossexualidade foi ‘inventada’ como segredo e – em contextos culturais e históricos que a perseguem – tende a existir inserindo no armário aqueles que nutrem interesses por pessoas do mesmo sexo” (MISKOLCI, 2009, p. 172).

Assim, como forma de se manterem “protegidos” em uma sociedade que os persegue, criminaliza e busca “endireitar” os comportamentos subversivos (MOTT, 2002), os homossexuais procuram então uma proteção na invisibilidade de suas sexualidades, não sendo essa, porém, uma escolha livre de sofrimento pessoal. Nessa perspectiva, Miskolci enfatiza que

Portanto, o closet não é uma escolha individual, e a decisão de sair dele tampouco depende da “coragem” ou “capacidade” individual. Em contextos heterossexistas, “assumir-se” pode significar a expulsão de casa, a perda do emprego ou, em casos extremos, até a morte. Por isso, historicamente, a maioria de homens e mulheres que se interessavam por pessoas do mesmo sexo viveu em segredo, o que lhes legava uma sensação de serem únicos e viver o fardo de um desejo secreto sem ter com quem compartilhar temores e sofrimentos (MISKOLCI, 2009, p. 172).

A exposição de tal “segredo” se mantém em um ato de negociação constante da pessoa com o mundo. Muitos desses indivíduos que estão vivendo esta situação acabam por se questionar o que deve/pode ser feito: “sair ou permanecer no armário? Será que devo “revelar” ou “esconder”? Como o farei? Para quem o farei? Por que o farei? Que mudanças eu devo esperar diante de uma ação desse tipo? O que pode acontecer após isso? Ser expulso de casa? E caso isso ocorra, tenho para onde ir ou como sustentar-me?” Nessas pessoas desperta um processo complexo, ora libertador ora ameaçador, oscilando em diversos contextos e situações da vida cotidiana.

Nessa linha de raciocínio, Mott entende que:

[...] o amor entre pessoas do mesmo sexo foi secularmente considerado crime hediondo, condenado como pecado abominável, escondido através de um verdadeiro complô do silêncio, o que redundou na internalização da homofobia

por parte dos membros da sociedade global, a iniciar pela repressão dentro da própria família, no interior das igrejas e da academia, inclusive dentro dos partidos políticos, das próprias entidades voltadas para a defesa dos direitos humanos (MOTT, 2002, p. 143-144).

O “sair do armário” gera diversas dúvidas e anseios aos indivíduos por mais que se pareça simples; o ato de visibilizar a sexualidade não dominante também traz diversas implicações sociais e inúmeras especificidades de acordo com o contexto de cada indivíduo. “Antes de tudo, é um processo que envolve uma série de negociações de ordem simbólica e prática, podendo ocorrer em diversas etapas, e talvez nunca completamente” (SAGGESE, 2008, p. 2).

Diante desses processos simbólicos complexos, a ação de sair do armário recorre a uma dimensão tanto pessoal, quanto política ao mesmo tempo, nem sempre se tratando de uma “escolha”. Sair ou não do armário pode não se configurar como opção, seja pelo fato de outras pessoas forçarem a “saída do armário” ou pela dificuldade em obedecer aos “jeitos de macho” e “comportamentos de mulheres” que são prescritos socialmente. Dessa forma, o posicionamento adotado estrategicamente de estar no armário é usado para que se possa evitar a opressão heteronormativa – trata-se de uma estratégia de poucos.

Para Saggese (2008, p. 5), “na prática, talvez não haja uma ‘melhor forma’ de assumir-se, até porque muitas vezes isto pode acontecer acidentalmente, mesmo que o sujeito venha a negar a acusação: neste caso, poderíamos falar num *outing*, uma espécie de *coming out* involuntário”.

Além dessa forma também existem outros que consideram o sair do armário como um ato político e não apenas como uma passagem pessoal; podemos ver aqui a figura do militante. É possível perceber uma semelhança em ambos os casos, quando trata-se da conferência de uma identidade social a partir de uma orientação sexual não ortodoxa (SAGGESE, 2008).

Sedgwick (2007) sugere que mesmo as pessoas assumidamente *gays* estão de algum modo dentro do armário para alguém em algum nível, seja em termos de vinculações puramente afetivas, seja no trabalho, nas instituições de ensino, religiosas ou demais espaços. Isso faz com que o “sair do armário” envolva cálculos de possíveis ganhos e perdas que resultaram dessa “revelação”. Na medida em que esses riscos se multiplicam, multiplicam-se também os medos de agressões físicas, psicológicas, de ser expulso de casa, de ser alvo de *bullying* na escola, de sofrer preconceito no ambiente de trabalho (ou

de até ser demitido), perder vínculos afetivos com familiares e amigos, ou a presença de um trânsito religioso forçado.

Sobretudo no campo religioso existe uma extensão desses valores excludentes, que de certa forma são construídos, modificados e reforçados dentro desse campo por questões religiosas. Tal estrutura preconceituosa vem sofrendo algumas modificações nos últimos anos. Uma transformação importante de se pontuar é o surgimento das igrejas cristãs que adotam posturas de inclusão da população LGBT; porém, tal discurso ainda é recente e pouco difundido nas religiões dominantes do ocidente (JESUS, 2008).

Esse movimento de *gays* cristãos surgiu em meados da década de 1960 nos Estados Unidos. No Brasil, essa movimentação com formação de grupos de ordem religiosa LGBT também tem se desenvolvido e se tornado cada vez mais visível, influenciando aspectos no campo religioso, como também em pontos ligados aos direitos LGBT (JESUS, 2008).

Por meio de uma pesquisa, Silva (2012) mostra a capacidade de resiliência frente à intolerância social vivenciada por um jovem homossexual em sua família. Temos o seguinte relato desse indivíduo sobre a possibilidade de assumir-se *gay*:

O medo de ficar sozinho no meio da adolescência é terrível, o medo de abandonarem-nos é mortífero. É o peso dos amigos e da família que está em causa e é a presumível perda destes que nos faz mentir e ocultar a verdade acerca de nós. Mostramos tudo o que os outros gostam de ver, mas não mostramos quem realmente somos ou queremos ser. Temos que manter aparências para ficar ou aderir a um grupo de amigos, temos que abdicar dos sonhos, das ilusões e acabamos sempre por cair na mais terrível das sensações que é estar só no meio de tanta gente que até pensam (sic) saber tudo de nós... (SILVA, 2012, p. 6).

O “sair do armário” também se revela como um fator de enfrentamento da crença de que a homossexualidade é um tema distante, supostamente longe da realidade vivenciada, como se não existisse esse “tipo de gente” próxima aos familiares.

A invisibilidade da homossexualidade foi sendo de certa forma substituída por maior debate e visibilidade social (JESUS, 2008) e midiática do tema, fazendo com que essas pessoas passassem a ser vistas e reconhecidas; o que para grupos fundamentalistas religiosos deu a ideia de um “aumento da população homossexual”, mas que na verdade o que ocorreu foi o em-

poderamento dessas pessoas.

A invisibilidade da homossexualidade silencia e pode corroborar com a naturalização de um preconceito (LIONÇO; DINIZ, 2008), tornando-se necessária uma estratégia contra esse preconceito que seria representada pela visibilidade a partir da saída do “armário”, retirando, assim, a ideia construída pela sociedade de que homossexuais não existem e se existem são poucos, criada a partir do silenciamento dessas vozes.

Homofobia e a norma

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo” e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2000, p. 9).

Essa citação nos remete ao modelo dominante na qual vem se construindo a nossa sociedade, modelo esse que é incentivado publicamente em quase todos os espaços sociais pelos quais transitam as pessoas. Há inclusive diferentes maneiras de se contribuir para a sua hegemonia e manutenção no simbólico social. Talvez a maneira mais eficaz depois da homofobia expressa, no sentido de ser mais facilmente propagada pela sociedade, se constitui no silêncio.

Lionço e Diniz (2008, p. 312) nos lembram que “o silêncio é a estratégia discursiva dominante, tornando nebulosa a fronteira entre heteronormatividade e homofobia”. O silêncio traz em seu ato uma resposta não verbalizada que trata por corroborar com o discurso dominante; o silêncio fortalece a manutenção da história tal qual ela se apresenta. Perante um ato homofóbico, o silêncio não apenas corrobora com um sistema dominante, mas também legitima a perpetuação da ação homofóbica.

Esse silenciamento é facilmente percebido em todos os espaços sociais, buscando esconder esse “desvio” moral e religioso da sexualidade. Figueiró (1999) citado por Figueiró (2009, p. 89) demonstra um exemplo desse silenciamento em uma de suas entrevistas semiestruturadas realizada em uma pesquisa que possuía por objetivo conhecer a realidade da educação sexual informal no cotidiano escolar:

As crianças de uma creche estavam passeando com a professora por um calçadão. Uma das meninas, de aproximadamente cinco anos, falou: “Tia, você viu duas moças se beijando na boca?” A professora, que havia visto, respondeu: “Não, não é! É que o homem está de cabelo comprido e você achou que fosse mulher!” “Não tia, mas eu vi que as duas tinham tetinha!”, disse a menina. A professora poderia ter dito: “É verdade! Tem mulher que namora com mulher e homem que namora com homem [...]”.

A escolha realizada pela professora na entrevista dada ao pesquisador exemplifica a opção tomada por muitos educadores, não apenas professores, mas também grande parte da população em diferentes espaços de convívio social das crianças. Optam por um silenciamento ou evitam falar sobre as construções sociais de gênero e ainda, mais propriamente sobre sexualidade, deixando então a cargo da construção dominante formada por concepções morais e religiosas que instaura e perpetua condutas consideradas “normais”, legitimando uma “correção” daquilo que se desvia dessa regra.

Os professores percebem as dificuldades que os adultos sentem em “aceitar a homossexualidade” e com isso vão também formando os seus preconceitos e suas resistências. Um exemplo desses preconceitos é o descrito abaixo, em que um vice-diretor que suspeitava que uma aluna adolescente fosse homossexual, relatou o seguinte trecho de uma conversa que teve com o pai da menina (FIGUEIRÓ, 2009):

“[...] eu falei muitas coisas pra ele e falei mesmo, porque era bastante simples: ‘A sua filha primeiro tem que se decidir, se ela vai ser menino ou menina, o senhor tem que ter paciência com isso. Agora acho que não dá; acho que o problema maior é ela ter essa definição’- Teve um dia em que ela jogou futebol com os meninos; a maneira de se trajar, tudo isso” (FIGUEIRÓ, 2009, p.89).

A fala do vice-diretor aqui transcrita nos revela o desconhecimento dos educadores sobre as questões de gênero, sexualidade e de identidade de gênero, “pois se conhecessem, saberiam que há um processo de desenvolvimento psico-social pelos quais passam os indivíduos homossexuais” (FIGUEIRÓ, 2009, p.89). Percebe-se ainda, que em nossa sociedade existe um verdadeiro tabu no que se refere às questões de sexualidade.

Para Mott (2002, p.145), “de acordo com a teologia moral cristã, um homem amar o outro era pecado mais grave do que matar a própria mãe, escravizar outro ser humano ou a violência sexual contra crianças”.

É nesse momento que o discurso imperado por preceitos morais e religiosos dominantes constroem e educam as crianças e adolescentes nessa matéria da “sexualidade humana binária” repleta de preconceitos e dogmas. A família e as escolas também reforçam/constroem esses dogmas, com funcionários e familiares já doutrinados nessa “religiosidade heteronormativa”.

Na perspectiva de Reis e Vilar, os valores sociais e culturais acabam então influenciando as atitudes individuais, nos quais o fator religioso revela-se “como elemento que dita valores morais e regula comportamentos sexuais. Importa então reflectir brevemente sobre o peso da influência religiosa na sociedade, impondo normas e repressões no que se refere à sexualidade humana” (REIS; VILAR, 2004, p.739).

A escola, instituições religiosas e demais espaços de socialização, baseados em certos parâmetros normativos de gênero e sexualidade, têm-se apresentado como agentes potencializadores da nossa construção social sexista, heteronormativa e machista. Bento (2011), nesse sentido, nos traz em uma de suas pesquisas, o relato de Kátia sobre os preconceitos que vivenciou na sua breve experiência na instituição em que estudou:

Na escola, quando me chamavam de veado ou de macho-fêmea, eu chorava, me afastava de todo mundo, não saía para o recreio. Eu só tenho a 3ª série completa. Eu parei em 96... Eu parei de estudar no meio da 4ª série. Notas boas... Por causa desse preconceito que não agüentava. Não agüentei o preconceito de me chamarem de macho-fêmea, de veado, de travesti, essas coisas todas (BENTO, 2011, p. 208).

É possível perceber no depoimento dado por Kátia as mazelas que o sistema binário traz para os indivíduos, essa padronização de que existe um jeito de ser homem e um jeito de ser mulher. Kátia foi obrigada a sair cedo da escola; ela foi, na verdade, expulsa por causa da transfobia institucionalizada nesses ambientes – a escola pratica com esses atos uma higienização do seu espaço excluindo qualquer indivíduo que não se encontre nos parâmetros da normalidade.

Exemplos desses discursos ocorrem quando um indivíduo afirma: “ser *gay* tudo bem, mas querer ser mulher já é de mais” ou “ser homossexual tudo bem, mas pra que rebolar tanto?”. “Mesmo entre os homossexuais, a masculinidade e a virilidade são valorizadas em detrimento dos maneirismos femininos, constituindo-se como um verdadeiro valor agregado na economia da conquista sexual” (TORRÃO FILHO, 2005, p.146).

“O ser *gay*, mas com jeito de homem”, se mostra como uma espécie de sobrevivência ou adaptação dos papéis de gênero para aqueles que ousaram transgredir da heteronormatividade. O princípio da negação da dissolução desses papéis é tão forte que existem esquemas de adaptação desses para buscar uma proteção contra o preconceito ou até mesmo por questões doutrinárias internalizadas de certo e errado.

Signorile (1997) citado por Torrão Filho (2005, p. 146) nos lembra, inclusive, que talvez: “exista hoje um verdadeiro fascismo corporal (*body fascism*) que obriga os *gays* (mas não apenas eles) a serem magros, masculinos e musculosos para se manterem sexualmente atrativos e desejáveis”. Faria e Nobre (2007, p. 2) afirmam que: “Para uma mulher, ainda é considerado mais adequado ser meiga, atenciosa, maternal, frágil, dengosa, e do homem, o que ainda se espera, é que tenha força, iniciativa, objetividade, racionalidade”.

A heteronormatividade também estabelece padrões de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo – por exemplo, como um homem pode ou não cumprimentar outro homem? Com isso se determina também a masculinidade desses a partir das “manifestações de carinho” para com outro homem. “A homofobia funciona como mais um importante obstáculo à expressão de intimidade entre homens. É preciso ser cauteloso e manter a camaradagem dentro de seus limites, empregando apenas gestos e comportamentos autorizados para o “macho”” (LOURO, 2000, p. 19).

É possível perceber com isso que nas relações entre homossexuais também se estabelece o padrão comportamental do “homem e da mulher binários”. Ao homem exige-se que não seja efeminado e que tenha jeito de “macho”; quanto à mulher, que esta seja delicada e meiga. Há um entendimento de que existiria uma única masculinidade e uma única feminilidade, sendo estas do homem e da mulher binários. Uma frase geralmente dita a homossexuais que possuem essa performatividade do homem binário que reforça o dito anteriormente é a afirmativa: “mas você nem parece ser *gay*”, como se o ser *gay* fosse algo diferente de ser homem ou de ser mulher.

Experiências “trancadas”

Em pesquisa realizada por Rios (2008) com o objetivo de investigar o modo como jovens homossexuais organizam as suas parcerias sexuais e práticas eróticas foram realizados diversos encontros com jovens, a partir dos quais tivemos acessos a relatos sobre um processo de saída/permanência do armário.

[...] As pessoas dizem que você tem uma doença. Não, não achava que era uma doença, mas que isso ia passar, que era só uma fase da minha vida, entendeu? Aí eu fazia, achava que não devia ter feito, ou às vezes que devia ter feito. [...] Alimentando isso, e eu fazer mais e mais, e começar a levar uma vida, entre aspas, anormal, né? Das outras pessoas, pelo menos que conviviam comigo (RIOS, 2008, p. 469).

Podemos encontrar, a partir do fragmento apresentado, uma introjeção do medo “daquilo que não é normal” em uma sociedade heteronormativa, vivendo o temor diário dentro e fora de casa. É possível perceber então a normatização da heterossexualidade e um silenciamento das demais expressões da sexualidade humana. O diálogo sobre essas questões ficou relegado ao limbo pelos temores do entrevistado ao perceber que na família, nos grupos de amigos e na escola pouco se debateu sobre essas questões. A única direção que ele teve foi de que era “anormal”; afinal, todos se mostravam aparentemente “normais” e só ele era diferente. Foi com “a ideia da sexualidade ligada ao pecado e tendo como principal objectivo a reprodução, continua a ser ensinado um código sexual baseado no medo do corpo. Entende-se a virtude sexual como a repressão da sexualidade nas sociedades” (GUDORF, 1995 apud REIS; VILAR, 2004, p.739).

Aí ela (a mãe) perguntou: ‘Você não é *gay* não, né? Não, você não é *gay*?’ Aí eu falei: ‘Não, mãe, por quê?’. Porque eu senti que ela não tava preparada pra ouvir. Tanto que, na própria pergunta, ela negou: ‘Você não é!’ Então, senti que ela não tava preparada pra ouvir, e eu também não quero falar agora, antes de poder me sustentar. Porque depois vai que eu falo, e ela dá com a língua nos dentes, e fala pro meu pai? Então como é que eu vou ficar? Não tô podendo me sustentar agora, bancar conta, essas coisas todas, né? Então, quando eu falar – se precisar falar! –, vou falar quando eu já tiver condições financeiras de sair de casa e poder viver minha vida, né? Acho que aí que eu vou falar (RIOS, 2008, p. 471-472).

Dentro do contexto desse relato está presente o desejo de libertação, que vem acompanhado da necessidade de se ter uma “garantia”, pois o “vou falar quando eu já tiver condições financeiras de sair de casa e puder viver a minha vida” serviria como “garantia” de um contexto de vida livre do medo da opressão da homofobia familiar. Na sociedade capitalista e normativa que vivemos, esse medo é bastante comum.

Muitas pessoas LGBT são expulsas de suas casas por familiares ao “descobrirem” a sexualidade desviante dos seus filhos. Algumas dessas pessoas buscam abrigo com outros familiares, amigos e companheiros.

Enquanto para os membros das demais minorias sociais, a família constitui o principal grupo de apoio no enfrentamento da discriminação praticada pela sociedade global, no caso dos homossexuais é no próprio lar onde a opressão e a intolerância fazem-se sentir mais fortes (MOTT, 2002, p. 147).

Há, porém, muitos casos em que não ocorre ajuda para nenhuma dessas pessoas, sobrando apenas o viver em situação de rua, onde “[...]sofrem com a discriminação e dificuldades, tal como a homofobia, o abandono familiar e o estigma causado pelo intenso preconceito no ambiente familiar, laboral, escolar etc” (MACHADO, 2015, p.61). É esse o medo do entrevistado e de diversos outros indivíduos LGBT que optam ou são direcionados a permanecerem no armário até conseguirem uma segurança em termos financeiros ou sentimentais.

A situação se agrava quando é pensada a lógica da invisibilidade do armário para travestis e transexuais, por exemplo. Matão et. al. (2013, p. 1051) em sua pesquisa mostraram o seguinte relato de uma mulher transexual a respeito da experiência acerca do vocativo nos espaços sociais.

Entre as paredes do ambiente familiar, as dificuldades não se tornaram diminuídas. Também nesse meio, Andirá deparou-se com a intolerância e incompreensão, agravadas pelo desconhecimento da verdade que nem mesmo Andirá sabia de fato explicar até aquele momento. “Não aceitavam assim de colocar: Eu não aceito! Eu não aceito! A forma de não aceitar era: Eu colocava roupa feminina, minha mãe rasgava tudo! O meu irmão, eu tinha um irmão que faleceu, ele me pegava e me batia até, me punha pra fora de casa. Eu cheguei a me prostituir. [...] Me prostituí, porque eu não tinha como trabalhar, ninguém me aceitava, ninguém me queria! Às vezes eu passava fome!”

No mercado de trabalho eles/elas são excluídos/as no que tange à atividade formal, sendo então direcionados a alguns trabalhos do ramo da estética e a grande maioria à prostituição. Essa discriminação fica clara quando observamos os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) que nos revela que 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil (LAPA, 2013).

Para estes/estas, o mecanismo do armário não é aplicado quando eles/elas exteriorizam a sua identidade de gênero, pois passam a representar a performatividade do gênero distinta, não conseguindo “esconder” esse desvio da sociedade e dos seus familiares.

Entretanto, para os homossexuais é possível encontrar uma nova forma de armário –, trata-se do “armário do ciberespaço”. Eles descobriram na internet “alternativas” para a vida no armário, “sobrevivida” em perspectiva virtual, uma vez que nessa dimensão tecnológica há a possibilidade de escolhas, do que mostrar, como se mostrar e quando se mostrar, a partir de um anonimato. “A relação entre o armário e os princípios de estímulo e superexposição da biossociabilidade online deslizam: todos são chamados a se expor nos sites de relacionamento, e se expõem, mas muitos o fazem permanecendo dentro do armário” (ZAGO, 2013, p. 93).

Mesmo diante dessa alternativa o medo de “ser descoberto” permanece, acompanhando o indivíduo em uma dimensão que o leva a evitar ao máximo cometer algum “erro” que desmonte a sua identidade de “homem macho” no ciberespaço. Esse processo é uma busca das pessoas não heterossexuais a se adequarem à norma da heterossexualidade “no sentido de fazer com que aparentemente ser normais, como tudo mundo, pode ser analisado aqui como um elemento privilegiado de regulação, que diz respeito à manutenção da coerência fictícia de sexo-gênero-sexualidade” (BUTLER, 1999, 1993 apud ZAGO, 2013, p. 93-94).

Fenômeno semelhante é encontrado na literatura científica quando se observa os modelos familiares brasileiros. Compreendemos que existe facilidade em “esconder” a sexualidade homossexual de determinado membro, interpretado como um dever da família de ocultar esse desvio moral da sociedade. A família busca negar a sexualidade desse membro, pois se o homossexual aparenta ser um “homem” então é mais fácil fingir que não está ocorrendo nenhuma conduta anormal quando se trata de um homossexual efeminado ou de uma pessoa transexual. “A intensidade dos mecanismos de negação mostra-se visível exatamente pelo não visto, não ouvido e não falado, formas remotas, permanências calcadas em um modelo defensivo de funcionamento familiar” (JEOLÁS; PAULILO, 2009, p.279).

Os autores enfatizam que tal mecanismo do armário é esperado por qualquer pessoa, se levarmos em consideração o tipo de organização sexual imposto em nossa sociedade. Para esses pesquisadores,

Faz-se necessário que se diga, no entanto, que muitas vezes a não revelação explícita da homossexualidade parte da própria pessoa homossexual. As razões são muitas: a questão da privacidade, a dificuldade em se tocar no tema, a ciência de que será uma conversa tensa ou ainda o receio de magoar os pais, julgando que vai decepcioná-los se lhes disser a verdade. Desta forma, a atitude da família segue a atitude de seu familiar, cria-se um acordo tácito sobre não se tocar no assunto; o conhecimento do fato resta subentendido, implícito. Este mecanismo contribui para manter a estabilidade do ajustamento familiar sem a necessidade de se correr o risco de passar pela situação móvel e incerta que costuma acompanhar a complexidade do novo, do não conhecido (JEOLÁS; PAULILO, 2009, p. 279).

A partir dessa complexidade emocional que se configura no momento da pessoa não heterossexual de “assumir-se” *gay*, Mott (2009) destaca alguns passos que podem ser levados em consideração nesse processo; isso, claro, para aqueles que optam por “contar”. O primeiro deles trata-se do planejamento – esperar a situação e o momento ideal. Esse deve vir acompanhado da certeza de si, certeza de sua orientação sexual. Outro aspecto importante citado pelo autor é a presença de alguém ou algum grupo que já tenha passado por experiência semelhante. Uma vez tendo o apoio de alguém e estando satisfeito com a sua orientação sexual (resolvendo internamente problemáticas do tipo “autoculpa”), deve-se então atentar a um processo de estudo de argumentações. “Você deve ter as respostas certas para substituir a ignorância do preconceito pela verdade dos fatos” (MOTT, 2009, p. 30).

Depois desse complexo trabalho interno, é hora de avaliar o momento em que a família esteja em um clima mais tranquilo, mais livre possível dos estresses cotidianos, alertando da necessidade de desenvolver uma paciência quanto ao processo de descoberta desses familiares. É lembrado ainda que existe a possibilidade desses familiares não chegarem ao tal acolhimento esperado, mesmo com toda a paciência depositada. “Se sua família recusa-se mesmo, depois de muitas tentativas e paciência de sua parte, a aceitá-lo e a amá-lo como homossexual, não abra mão de sua realização e felicidade pessoal para agradecer os parentes” (MOTT, 2009, p. 31-32).

O autor revela a complexidade que é “assumir-se” *gay* dentro de uma família que possui em sua constituição os mesmos elementos sociais homofóbicos de nossa sociedade. Ele atenta também para a triste possibilidade de a família sofrer um processo de acolhimento incerto e duvidoso em relação à aceitação/recusa da orientação sexual não heterossexual. Deve-se primar ainda

pela necessidade do apoio de uma rede de pessoas que possam fortalecer as dimensões psíquicas e emocionais do sujeito que pretende “sair do armário”.

Porém, quando se trata de buscar um acolhimento em certas instituições religiosas de maior dominação social, os perigos à saúde mental podem inclusive acentuar-se a partir de práticas que vão desde a perseguição à vida pessoal do homossexual até às práticas de supostas “curas”, pensadas a partir de um ideal “heterossexual corretivo”.

Recorrentes “exemplos” de cura contrastam o momento anterior e posterior à conversão do “ex-homossexual”, sinalizando para a necessidade de adequação ao modelo normativo para os gêneros. Nestas narrativas, o passado está associado a uma espécie de inversão do gênero, oposto ao presente “restaurado”, quando o homossexual masculino, por exemplo, pode transformar o “pecado do homossexualismo” na “bênção da heterossexualidade” por meio do casamento e da constituição de uma “família de Deus” (NATIVIDADE, 2006, p. 118).

Junto a esse processo higienista encontramos a presença da vulnerabilidade social em relação à falta de amparo para com essas pessoas. A sociedade aceita a demonstração afetiva por parte de pessoas heterossexuais em público (dentro de um limite “aceitável”), e muitas vezes ainda são vistos como românticas, porém, se for um casal homossexual praticando as mesmas atitudes que o casal heterossexual ele atrai diversos olhares de reprovação e até são interditados. “Assim, mesmo sem desejar, mas por conta dessa proibição, não tem alternativa para o jovem gay que não seja a do sexo puro, genital, praticado no silêncio perigoso da clandestinidade” (SILVA, 2012, p.6).

Para exemplificar o exposto, Silva (2012, p.6) revela a fala de seu pesquisado: “temos sentimentos que tentamos apagar, entramos em relações que só nos fazem mal e passamos a pensar que a homossexualidade só pode ser vivida em silêncio e em encontros amorosos para assim saciar o desejo (sexo por sexo)”.

Na mesma pesquisa, segue ainda outro exemplo da potencial vulnerabilidade social e psíquica sofrida por essas pessoas. “Temos graves crises existenciais e por vezes vamos à loucura do abismo. [...] Pensamos em nos matar porque somos ‘aberrações’, inúteis, motivo de desgosto, etc... e alguns passam mesmo da teoria à prática e colocam termo a uma vida [...]” (SILVA, 2012, p. 8).

Esse ódio contra a homossexualidade é definido pela Psicologia como homofobia internalizada que pode gerar diversos sintomas, como as neuroses de frustração sexual, a “ideação suicida” e nos casos mais extremos a concretização do suicídio, como é possível ser visto no relato transcrito anteriormente (MOTT, 2002).

As instituições de ensino e as religiosas são as maiores produtoras/reprodutoras da homofobia internalizada nesses indivíduos. Esses espaços demonstram grandes problemas no campo do ensino quanto ao respeito e à diversidade das pessoas homossexuais. Podem ser citadas como exemplo as aulas de educação física que geralmente realizam os “jogos de meninos” e os “jogos de meninas”.

Há diversos constrangimentos sofridos por meninos que ousam brincar com as meninas e as meninas que aventuram-se a brincar com os meninos. Essas divisões parecem ensinar aos alunos a partir de um tipo de mecanismo em que se aprende e desenvolve uma suposta “masculinidade” e “feminilidade” (JUNQUEIRA, 2010).

Alguns teóricos, entre os quais citamos Louro (2000), demonstram o quanto a escola ainda assume posição repressora para a população LGBT. Esse espaço se torna um dos mais difíceis para essa parte da população, pois “Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora [...])” (LOURO, 2000, p.30).

Assim, é possível notar que em todos os espaços aqui citados existe a presença tanto do caráter preconceituoso das instituições, como também do encontro de elementos comuns e convergentes acerca do processo da autoaceitação e “aceitação” social de pessoas homossexuais. Tais processos sempre se revelam pela presença do sofrimento e das vulnerabilidades sociais.

LGBT e a vida religiosa

A homossexualidade enquanto objeto de interesse da religião cristã tem sido discutida com frequência desde os séculos passados sob uma perspectiva de poder e interesse do próprio cristianismo, como elemento propagador da sexualidade a partir do discurso.

Foucault traz em *História da sexualidade I* (1988) a forte presença de discursos sobre sexualidade que se intensificam a partir das sociedades industriais, nas quais a interdição traz para os indivíduos um sentido diferente

de repressão ao assunto. O autor revela que existem, sim, muitos discursos sobre as sexualidades e eles funcionam de um modo complexo que está diretamente relacionado ao poder dos diferentes segmentos institucionais.

Falar das interdições da sexualidade é lembrar o espaço que ela ocupa na construção da religião, sobretudo a partir dos ganhos que o cristianismo teve (e ainda tem) com o controle do corpo humano, com o biopoder, observando e regulando a integralidade das condutas humanas, selecionando regras e espaços para efetivar o controle das populações, por meio de diferentes dispositivos complexos de poder (FOUCAULT, 1988).

Desse modo é possível encontrar uma grande quantidade de discursos a respeito das condutas sexuais das pessoas em contexto bíblico, bem como na hermenêutica daqueles que se propõem a ter conhecimento transcendental de uma leitura religiosa em específico, elegendo alguns discursos como mais impactantes do que outros. “A homossexualidade tem sido, nos últimos tempos, amplamente discutida nas Igrejas Cristãs, freqüentemente buscando embasamento bíblico para repudiar ou justificar a tentativa de ‘cura’ deste ‘mal’ espiritual ou físico” (JESUS, 2008, p.1).

A partir dessas relações, percebe-se o trânsito que existe na formação da heteronormatividade e da LGBTfobia nos espaços nomeados “sagrados” e “profanos”. Em todos os contextos sociais nota-se a presença forte desses elementos excludentes; nos espaços ditos transcendentais existe ao mesmo tempo a fabricação de discursos preconceituosos dirigidos a um grupo, como também a alimentação desses discursos dirigidos a toda a sociedade. Assim, o esforço é duplo, na medida em que ocorre a discriminação contra o contingente LGBT e o uso desse mesmo preconceito para legitimar a superioridade dos “normais” sobre esse grupamento “pecador”. Dessa forma, constrói-se um discurso religioso necessário para impor preconceito contra os homossexuais, como se vê:

Historicamente, somos herdeiros da tradição absolutista. Ela supõe que as forças perturbadoras do sexo podem ser controladas apenas por uma moralidade muito cristalinamente definida, uma moralidade inscrita em instituições sociais: o casamento, a heterossexualidade, a vida familiar e a monogamia. Embora tenha suas raízes na tradição religiosa judaico-cristã, o absolutismo está agora muito mais amplamente enraizado (LOURO, 2000, p. 54).

Portanto, falar sobre tradições judaico-cristãs é falar da nossa história, da nossa moral enquanto sociedade, nossas raízes culturais, da ciência e conhecimento que se misturaram a essas leituras. Sendo assim, o espaço religioso – assim como o não religioso – trará alguns valores equivalentes às normas. Ser LGBT é estar preso em armários dentro ou fora do campo religioso, porém com especificidades em cada um desses ambientes.

O cristianismo é uma fonte de formação de identidade cultural no ocidente, assim como do mesmo modo também é responsável pelos valores que ensina ou repudia, tornando-se importante autor dos casos abordados neste trabalho.

Natividade (2006, p.118) relata que:

A proposta pastoral apresentada no contexto da literatura evangélica possui conteúdo similar: há uma forte preocupação em apontar a verdade bíblica sobre os fatos relacionados à homossexualidade. O livro “O dia em que nasci de novo” (1993), do pastor João Carlos Xavier, apresenta o testemunho do próprio autor – ex-homossexual e ex-travesti – com o objetivo de “comprovar o que Cristo faz na vida de alguém aparentemente irrecuperável”.

Os mecanismos corretivos das instituições religiosas promovem níveis diferentes desses discursos preconceituosos. Porém, eles estão sempre presentes de algum modo, sendo então importante refletir sobre o impacto que tal pressão oferece à subjetividade humana, tanto no nível da identidade do sujeito quanto no de suas construções subjetivas religiosas. Os silêncios no armário junto ao fundamentalismo religioso sobre determinadas leituras de uma suposta “verdade” bíblica intensificam a solidão da sobrevida humana “no armário”, modelada por uma sexualidade e identidade normativas, retirando para isso a própria experiência pessoal de contato com o sagrado, seguindo apenas os interesses da norma que o inferioriza.

Natividade (2006, p. 120) entende que

[...] Define-se o lícito e o ilícito para o sexo a partir de uma equação em que um comportamento normal e sadio é aquele que se orienta pelas determinações de Deus, que estariam expressas no texto bíblico. As sexualidades não-heterossexuais são, portanto, contrárias à Palavra e, nesse sentido, uma “anormalidade”, “aberração” e comportamento que “irrita a Deus”.

As condutas religiosas dominantes contribuem assim para a perpetuação de um modelo que gera violências e discriminações às pessoas LGBT. Jogam fora as chaves que trancam as pessoas em seus próprios armários, transformam os corpos desses sujeitos, elegem modelos e excluem direitos. As religiões dominantes constroem discursos verbalizados e silenciosos que inscrevem na sociedade a continuação de um modelo normativo dominante.

Considerações finais

A partir do exposto percebemos o sentido que o armário possui para algumas pessoas como tentativa de proteção aos ataques externos da LGBTfobia. Embora existam em contrapartida ataques internos contra a própria pessoa, viver oscilando entre “a cruz e a espada” marca um destino a ser enfrentado por aqueles que vivem uma “sexualidade periférica” (SAGGESE, 2008), que fogem da imposição de um modelo heteronormativo dominante e segregacionista.

Nesse modelo de sociedade e religiosidade heteronormativa, que persiste em julgar a homossexualidade como algo não natural, desviante e incorreto, existem instituições supostamente educativas, como as escolas, família, ambiente religiosos que em grande escala acabam por oprimir as pessoas homossexuais ao invés de educar os sujeitos a respeito da diversidade sexual. Elas reafirmam o preconceito com as inferiorizações verbalizadas ou com o silêncio consentido.

Quanto à família as reações, são as mais diversas possíveis, nem sempre resultando em final feliz – por vezes acontecendo expulsão das suas casas ou algum tipo de violência psicológica de maneira não rara. E quanto aos ambientes religiosos, que ainda hoje parecem não estar tão separados da dimensão do Estado, têm profetizado a ideia de uma “laicidade sobre hierarquia”, conceitos e distorções bíblicas judaico-cristãs fundamentalistas que ocupam espaços públicos e privados afetando o imaginário de toda uma sociedade, por vezes, tentando se igualar ou mesmo superar em alguns momentos a própria ordem constitucional, desrespeitando inclusive a própria existência da vida religiosa de uma pessoa LGBT.

A permanência no armário se coloca como uma possibilidade de defesa dos preconceitos heteronormativos expostos nos diversos espaços sociais, embora sejam poucas as pessoas LGBT que podem utilizar dessa estratégia, e mesmo assim cercadas por diversos sofrimentos para permanecerem vivas.

Sendo assim, a permanência ou a saída do armário revela sofrimentos distintos, mas produzidos pela mesma heteronormatividade, pois a possibi-

lidade de perdas está sempre presente – seja a perda de vínculos afetivos, de vínculo religioso, de trabalho, expulsão da escola e etc., que se mostram como perigos potenciais e reais.

A religião, ao interferir na realidade LGBT utiliza conceitos “pecaminosos” que atingem todos os segmentos e espaços sociais. Dessa forma, torna-se importante o desenvolvimento de mais pesquisas que estudem as influências religiosas em temas como sexualidade, gênero e identidade de gênero, para que se possa compreender e combater a homofobia e a transfobia presentes nesses discursos e ambientes religiosos, produtores de saberes hierarquizantes entre corpos de homens e mulheres binários, supostamente imutáveis.

Os passos encontrados para a saída/permanência no armário revelam-se dependentes de apoio externo e de uma profunda segurança interna, regados por um forte movimento emocional por parte do homossexual. Torna-se relevante ainda a percepção de uma realidade por vezes longamente dolorosa, que uma vez superada se coloca como ato de libertação de quem o pratica.

Referências

- BARBOSA, B. R. S. N.; SILVA, L. V. “Os cães do inferno se alimentam de blasfêmia”: religião e transfobia no ciberespaço. **Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v.18, n. 24, p. 110-133, 2016.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n. 2, p. 549-559, 2011.
- BORILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BOURDIEU, P. A **Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. **El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. México: Editorial Paidós, 2001.
- FARIA, Nalú; NOBRE, Miriam. O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. **Gênero e Desigualdade**, São Paulo, p. 9-23, 2007.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. A Educação sexual presente nos relacionamentos cotidianos. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. **Em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009. p. 63 – 104.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- JEOLÁS, L. S. PAULILO, M. A. S. Representações sociais da homossexualidade entre professores do ensino público: continuidades e rupturas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 266-285, 2009.

JESUS, F. W. Notas sobre religião e (homo)sexualidade: “Igrejas Gays” no Brasil. In: **Reunião Brasileira de Antropologia**, 26, 2008, Porto Seguro. Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia Bahia: ABANT, 2008, p.01-10.

JESUS, F. W. A Cruz e o Arco-Íris: Refletindo sobre Gênero e Sexualidade a partir de uma “Igreja Inclusiva” no Brasil. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 12, n. 12, p. 131-146, 2010.

JUNQUEIRA, R. D. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 2, n. 2, 2010.

LAPA, N. O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-para-que/o-preconceito-contratransexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>> Acesso em: 04 de abril de 2016.

LIONÇO, T. DINIZ, D. Homofobia, Silêncio e Naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 307 – 324, 2008.

LOURO, G. L. **O corpo educado, pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MACHADO, R. W. G. **População LGBT em Situação de Rua: Uma Realidade Emergente em Discussão**. Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias, Duque de Caxias, v. 1, n. 3, 2015.

MATÃO, M. E. L. et al. Ele ou ela? Experiência de transexual acerca do vocativo à sua abordagem cotidiana. **Gestão e Saúde**, Brasília, v. 4, n. 3, p. 1045-1062, 2013.

MISKOLCI, R. O Armário Ampliado – Notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 2, p. 171-190, 2009.

MOTT, L. Etno-história da homossexualidade na América Latina. In: Seminário-taller de história de las mentalidades y los imaginarios, 1994, Bogotá. Disponível em: <http://www.academia.edu/7661369/ETNO-HIST%C3%93RIA_DA_HOMOSSEXUALIDADE_NA_AM%C3%89RICA_LATINA> Acesso em: 02 de outubro de 2016.

MOTT, L. Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? **Gênero & cidadania**. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, p. 143-256, 2002.

MOTT, L. O jovem homossexual: noções básicas para professores, jovens gays, lésbicas, transgêneros e seus familiares. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. **Em busca de mudanças**. Londrina: UEL, p. 17 – 34, 2009.

MUSSOKOPF, A. **Via(da) gens teológicas**. Itinerários para uma teologia queer no Brasil. São Paulo: Ponte Editorial, 2012.

NATIVIDADE, M. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n.61, p. 115-132, 2006.

PERSKE, R. C. F. **Sistemas agroflorestais em pequenas propriedades no município de hulha negra**. 2004. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente /Gestão Ambiental) – URCAMP, Bagé, Rio Grande do Sul, 2004.

REIS, M. H.; VILAR, D. A implementação da educação sexual na escola: Atitudes dos professores. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 22, n. 4, p. 737-745, 2004.

RIOS, L. F. Corpos e prazeres nos circuitos de homosociabilidade masculina do centro do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Lisboa, v. 13, n. 2, p. 465 – 475, 2008.

SAGGESE, G. S. R. Quando o armário é aberto: visibilidade, percepções de risco e construção de identidades no coming out de homens homossexuais, In: *Fazendo Gênero – Corpo, Violência e poder*, 8, 2008, Florianópolis. **Anais do Fazendo Gênero 8**. Florianópolis, Santa Catarina: UFSC, 2008, 01-07.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 1991.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 19-54, 2007.

SILVA, V. G. O adolescente gay e a capacidade de resiliência da família (estudo de um texto biográfico). In: **Psicologia.pt**, 2012. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0295.pdf>> Acesso em: 01 de junho de 2014.

TORRÃO FILHO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 24, p. 127-152, 2005.

VALENTE, G. A.; SETTON, Maria G. J. Notas etnográficas sobre a religiosidade na escola. **Cadernos Ceru**, São Paulo, v. 25, n. 1, 2014.

ZAGO, L. F. “Armários de vidro” e “corpos-sem-cabeça” na biosociabilidade gay online. **Interface**, Botucatu, v.17, n. 45, p. 419-431, 2013.

Submetido em: 18-12-2015

Aceito em: 6-11-2016